

Sumário

<u>Percepções</u>	pág. 01	<u>Cenário - Agentes</u>	pág. 05
		Hidroeletricidade	pág. 05
		Eletronuclear	pág. 05
<u>Notas Setoriais</u>	pág. 03	Gás	pág. 05
		Termoeletricidade	pág. 06
<u>Cenário - Governo</u>	pág. 04	Biomassa	pág. 06
Legislativo	pág. 04	PCH's	pág. 06
Judiciário	pág. 04	Eólica	pág. 06
Executivo	pág. 04	Solar	pág. 07
		Transmissão	pág. 07
		Financiamento	pág. 07
ANEXO I – Privatização da Elb	pág. 10	Empresariamento	pág. 07
		Interconexão Energética	pág. 09

Percepções

- Num cenário que continua com baixa oferta de oportunidades de investimento para expansão hidrelétrica no curto e médio prazo, seja por questões ambientais, seja por fundiárias, o que dificulta a construção e exploração de novos empreendimentos, a repotenciação de máquinas e o acréscimo de motorização em usinas existentes são alternativas que em breve podem ganhar novo estímulo.

O PL da reforma do setor deve tratar de pontos como separação entre lastro e energia e preço horário, e após receber aprovação será regulamentado pela ANEEL. É a partir desses dois temas que podem surgir novas fronteiras de negócios hidrelétricos, relativos a repotenciação e acréscimo de máquinas em usinas.

O preço horário, por exemplo, deve abrir espaço para repotenciação à medida que geradores fiquem interessados em ofertar mais energia quando os preços estiverem mais altos, requerendo-se para tanto alguma capacidade descontratada.

Sem falar que, conforme aponta o PDE 2026, o país vai demandar até o horizonte do estudo algo em torno de 12,1 mil MW adicionais, basicamente para reforçar a potência, como

forma de contrabalançar a inserção de geração renovável intermitente.

Como em ambos os casos – repotenciação e motorização – os requisitos do licenciamento ambiental são considerados bem mais amigáveis do que os exigidos para uma usina nova, os investimentos tendem a ser menos onerosos, tornando as duas modalidades mais módicas que a construção de hidrelétricas reversíveis, um outro filão que deve ser explorado mais adiante, indica Brandão.

Até porque, segundo estudo de 2008 da EPE – o mais recente produzido sobre o assunto –, a repotenciação calculada na época estimava adição de 605 MW de um universo reabilitável de 44 usinas com mais de 30 MW de capacidade e mais de 20 anos de operação. A ocupação de espaços vagos com motorização, por sua vez, pode trazer mais 5.214 MW.

Ainda assim, ficam faltando mais de 6,9 mil MW para atender ao horizonte de demanda previsto no PDE 2026. A partir de 2010, as geradoras já agregaram um montante de repotenciação de 53,2 MW médios, restando um estoque de 219,1 MW médios ainda intocado. Esse acréscimo foi possível porque, em 2010, o MME aprovou a portaria 861, regulamentando os ganhos de

garantia física, complementada, mas recentemente, pela portaria 406/2017. Já para hidrelétricas cotizadas, vale, por enquanto, a portaria MME 418/2013.

"A análise econômica das vantagens da repotenciação de máquinas e da motorização adicional não é trivial, pois depende de uma série de fatores que, no caso de repotenciação, por exemplo, vão desde o tipo de máquina, volume de água disponível, até a questão do tempo restante de concessão da usina, bem como a estratégia de mercado do próprio gerador

Sem falar que, devido à crise do risco hidrológico no MRE, o momento talvez não seja o mais adequado para debater o assunto, embora o futuro tenha de ser planejado, independentemente do clima negativo de curto prazo. Outro aspecto crítico é que a energia adicional poderá ser remunerada porque há reconhecimento de garantia física. Em contrapartida, ainda não existe compensação financeira para reforço de potência com acréscimo de turbinas, porque a ANEEL entende que os serviços prestados ao SIN são indissociáveis da atividade de geração de energia (resultado de uma audiência pública realizada em 2012). Consultada, a ANEEL não retornou até o fechamento desta edição.

Basta lembrar que Xingó (AL/SE, 3.162 MW), da Chesf, foi projetada originalmente para gerar com 11 máquinas, mas tem seis em operação, já que seriam necessárias obras civis mais caras para a construção de uma segunda casa de força. Ao passo que Porto Primavera (SP/PR, 1.540 MW), da Cesp, tem os espaços já disponíveis, bem como Três Irmãos (SP, 807,5 MW) – da Tijoá Energia –, com cinco turbinas e mais três vãos disponíveis.

Com pouquíssimas novas hidrelétricas para trabalhar, os grandes fornecedores de equipamentos há muito estão em meio a uma entressafra de negócios no Brasil, agravada pelo engavetamento – por tempo indeterminado – de São Luiz do Tapajós, talvez a última megasusina da região Norte. Hoje os fabricantes empenham boa parte dos seus esforços de venda nos segmentos de reforma e modernização de

usinas, tendo em vista a idade avançada de boa fatia do parque brasileiro.

Esses projetos estão previstos no Planejamento Estratégico da empresa e só serão executados após revisão e aprovação dos órgãos competentes, de acordo com características técnicas e regulatórias e viabilização econômico-financeira.

- A revolução tecnológica e a digitalização são realidades que levam a mudanças sem precedentes nos paradigmas da sociedade moderna, dada a sua velocidade, alcance e impactos no cotidiano das pessoas e empresas. Neste contexto, os diversos setores da economia devem estar preparados para capturar da forma mais eficiente os benefícios dessa revolução. A área de energia, definitivamente, não é uma exceção à regra. Um exemplo é a figura do consumidor de eletricidade.

Em vez de simplesmente consumir e pagar uma tarifa regulada, como no modelo tradicional, o consumidor do futuro será capaz de produzir, armazenar e vender eletricidade e, nesse sentido, é fundamental possuir liberdade também para gerir a sua contratação de energia e reagir a sinais de preços. A revolução tecnológica é irreversível e inexorável, o que e requer a modernização da legislação do setor elétrico brasileiro para que essa inserção possa ocorrer de forma sustentável, adaptada à tendência mundial de penetração de novas tecnologias e com a participação ativa dos consumidores nas decisões de produção e consumo.

O MME discute com os agentes e consumidores do setor elétrico, ao longo dos últimos dois anos, um conjunto de mudanças no modelo comercial do segmento que visa introduzir mecanismos competitivos, a correta alocação de riscos entre os agentes e consumidores e o aprimoramento da formação de preços.

Medidas que vão produzir os sinais corretos para a eficiência produtiva. O novo marco legal do setor elétrico contempla um conjunto de importantes aprimoramentos estruturais para o setor.

Notas Setoriais

Em fevereiro, o consumo no SIN alcançou 62.454 MW médios. O resultado representa uma queda 3,5% quando comparado à igual mês em 2017.

Segundo o CMSE, após registrar crescimento anual de 0,8% em 2017, depois de dois anos consecutivos de queda, as perspectivas para o consumo apontam crescimento médio anual de 3,9% de 2018 a 2022.

O diretor geral do ONS prevê 2018 tranquilo quanto ao suprimento do SIN.

A liquidação financeira do MCP registrou 71% em aberto na operação relativa à janeiro, quando foi pago R\$ 1,12 bilhão de um total de R\$ 8,55 bilhões contabilizados.

A presença de energias renováveis como eólica e solar é cada vez maior no Brasil, mas essas fontes não têm condições hoje de atender sozinhas à demanda de fornecimento, por seu caráter intermitente. Por isso, exigem a combinação com outras fontes energéticas despacháveis, ou seja, aquelas em que é possível controlar o quanto e quando se produz.

Entretanto ..

Submercado Norte – os reservatórios estão com 65,5%. Tucuruí esta com 98,69% da capacidade.

Submercado Nordeste – os reservatórios operam com 35,8%. Sobradinho opera com 32,33% da sua capacidade.

Submercado Sudeste/ Centro-Oeste – os reservatórios estão com 41,8%. Furnas opera com 31,74% e Nova Ponte, com 22,59%.

Submercado Sul – os reservatórios operam com 65,9%. Passo Fundo opera com 60,38% e G.B.Munhoz 71,06%.

Noutra vertente ...

A geração hidrelétrica no rio São Francisco reduziu 71%. A empresa mais afetada é a Chesf, pois 90% de sua capacidade de geração, cerca de 9,5 GW, depende da ENA desta bacia.

Quanto a Renovação de Concessões ... (Nada a registrar)

Quanto preço da energia...

Estimativas da ANEEL mostram que as contas de energia elétrica devem ter aumento acima de 10% neste ano no País.

O presidente executivo da Abrace disse que o aumento das tarifas será ainda maior para as indústrias, entre 20% e 25%.

O diretor-geral da ANEEL disse que as tarifas de eletricidade no Brasil têm subido a níveis preocupantes. Ele criticou a quantidade de subsídios e afirmou que as autoridades do setor precisam encontrar saídas para conter os seguidos aumentos nos preços.

A ANEEL aprova antecipação de recursos da RGR para distribuidoras Eletrobras. As empresas dos estados de AL, AM, PI e RO receberão valores com efeito retroativo a janeiro deste ano.

A Ane definiu para as transmissoras em R\$ 41,3 milhões a cota da CDE e R\$ 19,9 milhões para o PROINFA.

O PLD caiu 82% nos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Nordeste ao passar de R\$ 228,54/MWh para R\$ 40,16/MWh, valor mínimo estabelecido para 2018 e vigente no Norte desde a segunda semana de fevereiro.

PLD médio

	SE/CO	S	NE	N
Pesada	40,16	40,16	40,16	40,16
Media	40,16	40,16	40,16	40,16
Leve	40,16	40,16	40,16	40,16

Valores em R\$/MWh
Fonte: CCEE

Cenário Governo

Legislativo

Comissão do Senado aprova captação obrigatória de energia solar em prédios da União. PL°317, que também prevê aproveitamento de águas pluviais nos edifícios, seguirá para a Comissão do Meio-Ambiente para avaliação final.

Comissão do Senado debate expansão por renováveis e exclusão de térmicas. O relator do projeto contesta parte do texto que proíbe, a partir de 2025, a participação em leilões de energia nova por usinas que utilizam derivados de petróleo.

Estão na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado um outro projeto que prevê financiamento com recursos públicos para instalação em unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

As mudanças no marco regulatório do setor saíram do MME e seguiram para a Presidência da República, antes de ser enviada ao Congresso Nacional via à Câmara dos Deputados.

A minuta do PL que tem como meta implementar a maior reforma do setor desde a lei 10.848 de 2004 é considerada como os primeiros pilares de uma ponte para um futuro melhor. Foi assim que a PSR definiu o texto que está na Casa Civil e que servirá de base para as discussões no Congresso Nacional quando.

Um PL apresentado na Câmara dos Deputados prevê o fim taxa extra na conta de luz, com a suspensão do regime de bandeiras tarifárias, em vigor desde 2015. O projeto é do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE).

Judiciário

O setor elétrico, principalmente os segmentos de geração hídrica e de transmissão ganharam maior segurança jurídica com a decisão do STF

de considerar como constitucional três ações diretas de inconstitucionalidade de artigos do Código Florestal, promulgado ainda em 2012 sob a lei de no. 12.651. Basicamente, essas ações tratavam de reverter o reconhecimento que o atual código dava a áreas destinadas a sua utilidade pública e ainda que definia o que era Área de Preservação Permanente sob as novas regras.

As empresas CMU Energia, CMU Trading Comercializadora de Energia, FCE Comercializadora de Energia e Bolsa Brasileira de Energia Incentivada obtiveram liminar na Justiça Federal em Brasília, garantindo prioridade no recebimento dos créditos nas liquidações do MCP.

Executivo

Em clima de despedida, o MME, assinou uma portaria com dez princípios que deverão orientar o setor elétrico de agora em diante.

PPI publica resolução que autoriza estudos de desestatização da Eletrobras com atribuições que o BNDES, Eletrobrás e MME terão no processo de aumento de capital via emissão de ações.

O MME definiu como prioritária a construção de:

- **UHE Jaguará**
- **CGH Sucuri e CGH Palmeiras em SP.**
- **PCH Gameleira 14 MW em GO.**
- **PCH Forquilha IV; PCH São Bartolomeu e PCH Santa Rosa**
- **UTE Onça Pintada em SP.**
- **Reforços e melhorias em LT's e SE de Barreiras II na BA.**
- **Reforços e melhorias em LT's e SE's em GO.**
- **Reforços e melhorias em LT's e SE's em SP**

Solução para o GSF ainda precisa considerar mais três fatores, aponta PSR. São eles: Redução da demanda, geração renovável não contratada e mudança nos critérios de aversão ao risco precisam ser equacionados para evitar o aumento do risco para a geração hidrelétrica.

Cenário Agente

O MME afirmou que mesmo fora do ministério continuará a atuar no sentido de dar continuidade a questões como a privatização da Eletrobras e a modernização do setor proposto e resultado da CP nº 33. Para ele ainda há tempo de aprovar esses temas antes do final deste governo.

O planejamento energético deveria contar com a participação de todos os agentes, desde geradores, distribuidores, transmissores entre outros. O presidente da Abraget disse que esse é um tema que deveria ser prioritário para agenda mas que não consta no PI da reforma do setor.

O PL do Novo Modelo não deixa claro se os geradores existente poderão participar dos leilões de lastro. A separação entre lastro e energia é considerada uma das partes mais sensíveis do novo modelo. A receita do gerador com lastro será complementada pela venda de energia e dos serviços ancilares.

O último mês do período úmido da temporada 2017/2018 deverá ser típico com chuvas nas primeiras semanas e gradativa redução dos volumes de energia natural afluyente ao longo do tempo. A previsão do ONS é que o submercado Sudeste/Centro-Oeste chegue ao fim de novembro, quando termina o período seco, com cerca de 36,7% da sua capacidade.

A reforma do setor deve conferir mais autonomia às geradoras, porém, também pode trazer mais riscos, principalmente em momentos de escassez da oferta.

A falta de contratos trava expansão da GD via distribuidoras mesmo tendo sido estabelecido os valores de referência específicos, a ausência de prazo para que a ANEEL elabore os termos dos contratos preocupa o segmento.

A ANEEL decidiu pela manutenção da Wacc das distribuidoras em 8,09% até 2019 para as distribuidoras.

A ANEEL homologou parcialmente o Leilão nº 5/2017. Empreendimentos habilitados foram: UTE Pitangueiras; UTE Cambará; PCH Foz da Estrela; PCH Forquilha IV; EOL Vila Acre II; EOL Vila Paraíba I e IV; EOLs Santa Rosa e Mundo Novo I, II, III, IV e V; UTE Bioenergética Aroeira 2; UTE Vale do Pontal 2; EOLs Quatros Ventos, Ouro Branco 1 e Ouro Branco 2.

O leilão A-4, que será realizado no próximo abril, terá bastante disputa e que os deságios podem ser altos, segundo a EPE.

A Thymos Energia estima uma contratação de até 600 MW no A-4 e de até 1500 MW no A-6 que deve ocorrer até agosto.

Hidrelétrica

A ANEEL anunciou o início de duas campanhas de fiscalização de usinas em implantação, a partir do monitoramento com base em dados de dezembro de 2017. Para as campanhas, foram selecionadas 76 usinas (totalizado 2.892,76 MW).

O MME redefiniu a garantia física de Porto Primavera (1.540 MW) para 886,8 MW med.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG3 (175 MW) da UHE São Manoel no MT/PA.**
- **UG1 (1MW) da CGH Apolo em SC.**

A Engie Brasil Energia manterá um nível de descontração de sua garantia física entre 11% e 12% do total. Esse é um nível considerado confortável pela geradora ante as perspectivas de GSF para este ano.

A SPIC Overseas voltou a conversar com Cemig e Odebrecht sobre uma possível aquisição do controle da UHE de S^{to} Antonio.

O diretor-geral da Itaipu Binacional Brasil, que deixará o cargo no próximo dia 5 de abril.

As soluções para o GSF apresentadas no PL do Novo Marco do Setor foram consideradas apropriadas pela PSR, mas ainda vão depender

do equacionamento de fatores como a redução da demanda, a geração renovável não contratada e a mudança nos critérios de aversão ao risco.

Eletronuclear

O presidente da EPE afirmou estar trabalhando na conclusão do PNE 2050. Sem detalhar quanto será a expansão da oferta por tipo de fonte de energia afirmou que a fonte nuclear terá um espaço nesse horizonte.

A retomada de Angra 3 é um assunto já sacramentado, na avaliação do presidente da Eletrobras uma vez que a usina possui cerca de 65% das obras em andamento e não teria sentido não prosseguir com as obras.

Energia nuclear volta a crescer no mundo, mas futuro de Angra 3 é incerto. As obras da usina estão paralisadas desde 2015 e têm consumido vultosos investimentos; para especialistas, parceria privada para conclusão do ativo depende de privatização da Eletrobras.

Gás

O MME autorizou a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) a importar até 1,3 milhão de m³/dia de GN da Argentina.

Dados do MME mostram que o aumento do despacho termelétrico quando começaram os efeitos de baixa nos reservatórios das UHE's, houve a elevação da regaseificação média. O volume passou para 5,05 milhões m³/dia, quando em 2016 foi de 3,81 milhões m³/dia.

O MME prorrogou o prazo para a Âmbar Energia importar até 2,3 milhões de m³/dia da Bolívia. Agora, a empresa está autorizada para trazer o insumo até dezembro de 2019.

Desde o ano passado, o mercado de GN tenta ver aprovado o substitutivo do PL 6.407/13, que tem como objetivo criar um novo marco legal do setor. Entre os temas contemplados a partir das discussões do Gás para Crescer – que desembocou no PL – está o swap, que é a troca do insumo entre os estados. Mas essa questão

enfrenta atualmente uma barreira considerável, que são os diferentes tributos estaduais incidentes sobre a movimentação do GN.

Privatização de distribuidoras pode mudar dinâmica do mercado de GN. Capilaridade da rede nos estados do Sudeste ainda é considerada baixa, diz vice-presidente Comercial Bureau Veritas.

A Shell está avaliando a inclusão de novos projetos de UTE's em leilões dentro do escopo de monetização do GN associado do pré-sal. A iniciativa mais avançada é a contratação da UTE Vale Azul II (466 MW).

A Sulgás tenta viabilizar o terminal de GNL de Rio Grande para suprir sua oferta. O empreendimento está vinculado ao projeto da UTE Rio Grande.

Termoeletricidade

A oferta total de GN para a geração em 2017 chegou a 60,46 milhões de m³/dia, quase 10 milhões de m³/dia a mais do que os 52,40 milhões de m³/dia registrados no ano anterior.

O Inea-RJ concedeu a LI para a UTE GNA II, que pertence à Prumo Logística no RJ.

As UTE's Vale Azul II e GNA Açú II, em Macaé e São João da Barra, respectivamente, assumiram o compromisso de gerar a partir de GN por 25 anos a partir de 2023, como alternativas reais ao escoamento de parte da produção do pré-sal.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG1, (14MW) da UTE Goodyear ; UG1 (30 MW) da UTE Ceni, em SP.**

A ANEEL confirmou CVU da UTE de Campos em R\$ 676,28/MWh: em R\$ 59,59, R\$ 70,61 e R\$ 133,67 para as UG's 1, 2 e 3 da UTE Norte Fluminense; em R\$ 953,77/MWh para a UTE Araguaia.

A Petrobras apresentou um aumento de cerca de 40% na geração termelétrica em 2017. A empresa saiu dos 2.252MWmed em 2016 e chegou aos 3.165MWmed no ano passado.

O consumo de GN para produção de energia elétrica apresentou crescimento de 12,8%

frente ao mesmo mês do ano anterior. Foram em média, 60,77 milhões de m³/dia em janeiro de 2018 ante 53,87 milhões m³/dia no mês inicial de 2017.

Emae foi autorizada a formar consórcio com Gasen para térmica em SP. Investimento estimado é de R\$ 5 bilhões onde a Gasen é a líder do consórcio e a Emae minoritária com 10% a 15% de participação na sociedade.

A ExxonMobil está tentando viabilizar junto a ANEEL a UTE Rio Grande cuja outorga encontra-se revogada.

Biomassa

As ótimas perspectivas abertas para a produção e uso dos biocombustíveis com a implantação da nova política nacional para o setor, o Renovabio, devem favorecer não só o aumento da produção como também o desenvolvimento de tecnologias inéditas para a cogeração a partir de biomassas.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG1 (30 MW) da UTE Ceni em SP.**

Audiência pública no município de Praia Grande (SP) vai debater a melhor saída para a destinação final dos resíduos urbanos produzidos por nove cidades da região da Baixada Santista, no Litoral Centro-Sul.

A construção de uma UTE movida a lixo após prévia triagem semi-mecanizada para separação de material reciclável, foi considerada a solução com maior chance de aplicação por um estudo realizado IPT.

PCH

Com um potencial hidrelétrico julgado esgotado, o estado de SP ainda dispõe de reservas hídricas adequadas à implantação de 1.800 MW em PCHs.

ANEEL quer simplificar rito de habilitação de CGHs em leilões. Diálogo com órgãos ambientais promovido pela agência vem contribuindo para facilitar licenciamento da fonte em nível estadual.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG2 914MW0 da PCH Verde 4ª no MTS.**
- **UG4 (5,65MW) da PCH Ado Popinhak em SC.**

A Cemig informou através de fato relevante que apresentou uma proposta para adquirir 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações detidas pela Renova.

Eólica

Apesar de corresponder a 8% da capacidade instalada, a fonte eólica deve ser responsável pelo equivalente a 20% da expansão já contratada. Até 2023, a fonte adicionará 3.909 MW de capacidade ao sistema.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG1 a UG5 (2,5MW cada) da, EOL Assuruá III; e UG4 a UG7 (2,5 MW cada) da EOL Diamante III na BA.**

A Eletrobras anunciou na semana passada que realizará em junho o leilão para venda de participações em 21 SPEs de geração eólica, por meio das quais controla 61 parques, que somam 1,6 GW, todas em operação. As SPE's têm como parceiras a Brennand, Contour Global, PEC Energia, Petrobras e Voltalia, além da FIP Brave Winds.

Solar

As primeiras grandes usinas fotovoltaicas centralizadas a entrar em operação no país produziram 73,2 MW médios em 2017. De acordo com os dados da CCEE, o volume de energia é 21 vezes maior que o entregue pelos projetos solares em 2016, que foi de apenas 3,5 MW médios.

O fundo soberano da Arábia Saudita e o grupo japonês SoftBank anunciaram planos para lançar o maior projeto de geração de energia solar do mundo A primeira etapa do projeto começará em 2018 com a instalação de painéis solares que produzirão cerca de 7,2 GW de energia já em 2019.

A Cemig instalará usina de geração híbrida de fonte hídrica e solar, em conjunto com o MAB.

Para realização do projeto, serão instaladas células fotovoltaicas com potência total de 1,2 MWp no espelho d'água do reservatório da PCH Santa Marta, localizada em Grão Mogol, região que possui o melhor potencial de geração de energia solar do estado.

A ANEEL autorizou o início de operação:

- **UG1 a UG 28 (1,025 MW cada) da UFV Horizonte MP 1; e UG1 a UG 20 (1MW cada) da UFV Horizonte MP 11 na BA.**
- **UG1 a UG22 (1,559MW cada) da UFV Guaimbé 4 em SP.**

A Global Power Generation, subsidiária da Gas Natural Fenosa, anunciou a aquisição das usinas solares Guimaranã I e II, da Canadian Solar, com 83 MWp.

Transmissão

Auditoria do TCU apontou deficiências na elaboração dos estudos preparatórios para leilões de transmissão e no licenciamento de instalações licitadas. O trabalho analisou especificamente relatórios de empreendimentos incluídos em leilão entre 2008 e 2017.

A falha na Subestação Xingu que comprometeu o abastecimento de energia este mês, não significa que há uma fragilidade do sistema elétrico, garantiu o diretor-geral do ONS.

As obras de expansão da transmissão, em estudo pela EPE, demandarão cerca de R\$ 40 bilhões em novos investimentos, sendo R\$ 33 bilhões referentes às novas instalações (linhas e subestações) e R\$ 7 bilhões referentes às ampliações ou reforços em instalações existentes. No total, estão em estudo 19.582 km de LT's e 52 SE's.

A ANEEL abriu audiência pública para debater o edital do primeiro leilão de linhas de transmissão de 2018.

A EDP Brasil projeta uma expansão moderada no segmento de transmissão diante da perspectiva de alta concorrência nos leilões deste ano.

Financiamento

O BNDES divulgou novas políticas operacionais, incluindo taxas mais baixas para áreas prioritárias, como projetos de energias renováveis. As medidas incluem redução do *spread* básico do banco, que cairá de 1,7% ao ano para 0,9% ao ano.

O fortalecimento do mercado secundário de debêntures e a securitização de recebíveis em empréstimos de longo prazo despontam como novas alternativas de financiamento do setor elétrico. São mecanismos que permitem alocar mais recursos para os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia em um cenário de restrições dos agentes públicos de crédito.

O programa Avançar Energia, do governo, pretende atrair ainda neste ano cerca de R\$ 58 bilhões em projetos do setor.

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia obteve anuência da ANEEL para a emissão de até R\$ 550 milhões em debêntures.

Empresariamento

A indefinição acerca do nome que substituirá o MME, deixa um "vácuo" no mercado num momento em que pautas importantes precisam ser tocadas, principalmente a transição da Agência Nacional de Mineração (ANM) e as discussões acerca do marco regulatório do setor.

O governo de SP avalia melhorar as condições de venda da Cesp, a fim de atrair mais compradores e conseguir um ágio em relação ao preço mínimo, que certamente será menor do que os R\$ 16,80/ação calculado no ano passado. A ideia é compartilhar alguns riscos relevantes e também eventuais ganhos com indenizações com o futuro comprador, garantindo que a quarta tentativa de privatização seja bem sucedida.

Uma das mudanças consideradas em relação ao edital anterior seria o governo compartilhar com o comprador da Cesp os possíveis ganhos das

indenizações controversas pleiteadas junto à União, hoje na casa de R\$ 10bi.

A State Grid entrou com recurso contra decisão da CVM que pedia que a companhia aumentasse o valor ofertado para adquirir ações da CPFL Energias Renováveis.

Já com uma forte atuação na área de eólicas na região, a Tecnogera viu no Nordeste em 2017 um novo mercado. A empresa fornecedora de soluções em energia temporária teve na crise hídrica de lá um nicho de oportunidades.

Eletropaulo e Eletrobras chegam a acordo de R\$ 1,5 bilhão. As empresas selam acordo em ação que se arrasta desde o final dos anos 80 referente a empréstimo feito pela Eletrobras. A Eletropaulo vai abrir uma nova ação para que a ISA Cteep seja responsabilizada pelo pagamento da dívida.

A Light assinou a venda da totalidade das suas ações na subsidiária Light Esco para a Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.

A Equatorial Energia apresentou oferta vinculante à Eletrobras para adquirir ações representativas de 49% do capital social da Intesa.

A AES Tietê ainda não abriu mão de entrar em projetos que poderão ser negociados nos dois leilões A-4 e A-6.

Após a AES Corporation divulgar seus resultados anuais nos USA a Eletropaulo divulgou Fato Relevante para esclarecer dois pontos: o primeiro é que a concessionária ainda não divulgou seus resultados anuais e o segundo é o fato de a AES apontá-la como operação descontinuada na estrutura do grupo.

Depois da AES revelar o interesse em vender sua fatia de 17% no capital, é dado como certo que os chineses da State Grid, maior empresa do setor no mundo e controladora da CPFL Energia, serão os novos sócios.

A Enel Brasil enviou uma proposta para o caso da AES Corporation prosseguir se desfazer de sua participação na Eletropaulo.

A Eletropaulo recebeu autorização da ANEEL para assinatura de um contrato de fornecimento

de equipamentos necessários à implantação de sistema de armazenamento com a AES Energy Storage.

A Energisa declarou interesse em quatro distribuidoras que devem ir a leilão. São elas: Cepisa (PI), Ceal (AL), Eletroacre (AC) e Ceron (RO).

A Cteep está de olho em possíveis novas aquisições, incluindo os ativos da Eletrobras.

A Cemig reportou um lucro líquido de R\$1 bilhão em 2017, aumento de cerca de duas vezes quando comparado com o resultado do ano anterior, quando apresentou ganhos de R\$ 334 milhões.

A Cesp registrou prejuízo líquido de R\$ 102,0 milhões no quarto trimestre de 2017, revertendo o lucro líquido de R\$ 71,3 milhões obtido no mesmo trimestre do ano anterior.

A EDP Brasil obteve lucro líquido ajustado de R\$ 570 milhões, valor 89,4% superior ao resultado de 2016.

A Equatorial Energia terminou o ano de 2017 com lucro líquido ajustado de R\$ 766 milhões, uma queda de 0,6% na comparação com 2016, que ficou em R\$ 762 milhões.

A Alupar fechou o ano de 2017 com crescimento de 6,5% em seu lucro líquido, passou de R\$ 310,8 milhões para R\$ 330,9 milhões. Já no período de outubro a dezembro, o resultado recuou 33,2%, para R\$ 92,9 milhões quando comparado ao ano anterior.

O lucro líquido da Energisa no ano de 2017 aumentou quase duas vezes na comparação com os ganhos de R\$ 195 milhões de 2016, passou a R\$ 572,6 milhões.

A Eneva encerrou o ano de 2017 com lucro líquido ajustado de R\$ 146 milhões, revertendo o prejuízo do ano passado de R\$ 149 milhões.

A CPFL Renováveis registrou um lucro líquido de R\$ 51,2mi no 4º trimestre de 2017, revertendo o prejuízo de R\$ 26,2mi obtido no mesmo período de 2016.

A Ômega Energia terminou 2017 com lucro R\$ 113,1 milhões. O valor é 325% superior aos R\$ 26,6 milhões arrecadados no ano anterior.

A Eletrobras reportou prejuízo líquido de R\$ 1,7 bilhão em 2017, uma inversão de resultado ante o lucro de R\$ 3,5 bilhões obtido em 2016. O lucro líquido gerencial obtido em 2017 foi de R\$ 178 milhões, 22% inferior ao lucro gerencial de R\$ 229 milhões de 2016.

A conclusão da privatização da Eletrobras, com a emissão de ações, como parte do aumento de capital, deve ocorrer entre novembro 2018 e o início de janeiro de 2019.

O leilão de participações da Eletrobras em 70 SPEs ocorrerá no em junho e envolverá 17 lotes, sendo oito EOL's, e nove de LT's.

Interconexão Energética

Argentina

O Green Climate Fund (FVC), uma agência das Nações Unidas, aprovou um empréstimo de US\$ 100 milhões para projetos de eficiência energética e energia renovável.

O governo a está considerando a substituição do GNL no exterior pelo GNda Bolívia. O mercado é atendido com produção doméstica mais importações de GNL [18%] por via marítima e por gasoduto do Chile e Bolívia [22%].

A YPF vai avançar na construção de um parque eólico de 100 MW na província de Santa Cruz.

O governo rescindiu o contrato com a Isolux Corsán para a construção da UTE a carvão na mina do rio Turbio, província de Santa Cruz.

Foi inaugurado o primeiro parque solar fotovoltaico construído pela província de Santa Fé no cruzamento da rodovia Rosario-Santa Fe e da rota provincial Nº 10.

O mega reservatório de petróleo e gás não convencional Vaca Muerta, na Patagônia, não é a única carta de energia do país para recuperar o auto abastecimento. Os ventos fortes das províncias do sul e o sol daqueles do norte, até agora muito inexplorados, rapidamente entraram no mapa dos recursos a serem explorados.

A Southern Power Grid estaria considerando uma oferta de participação no maior operador de transmissão que poderia ser de cerca de US\$ 400mi. A State Grid também foi convidada a enviar uma oferta para a participação indireta de 26% que o Estado argentino possui em Transener.

A partir deste mês as contas de gás virão com um aumento médio de 32%. Nas categorias mais baixas, o aumento será de 40%.

Bolívia

A empresa alemã Kaiserwetter realizou pesquisas que comparam criptografia e energias renováveis e alcançaram a seguinte conclusão: as moedas digitais envolvem um tremendo gasto de energia, equivalente a um país médio, como Colômbia ou Bulgária [38 TWh / ano], enquanto as energias renováveis são apresentadas como um investimento não apenas mais limpo, mas com um futuro maior a médio prazo.

Autoridades da área de energia e hidrocarbonetos da Bolívia e da Argentina se reunirão para revisar a compra e venda de gás natural, investimentos em projetos de exploração de petróleo, entre outros.

Ministro da Energia informou que as peças e elementos tecnológicos do Centro de Pesquisa e Tecnologia Nuclear, que será instalada no Distrito 8 de El Alto, estão sendo construídos na Rússia, pela empresa encarregada do projeto, Rosatom.

Nos termos do contrato assinado para a construção do CIDTN, a empresa Rosatom oferece aos estudantes e profissionais em estudos nacionais em tecnologia nuclear em universidades na Rússia.

Privatização da Eletrobrás

O governo tem trabalhado para aprovar a Medida Provisória 814 no Congresso Nacional sem grandes alterações, e está disposto a aceitar a inclusão apenas de temas essenciais, que não fujam ao objetivo da MP de abrir caminho para a privatização do grupo Eletrobras e de suas distribuidoras.

O TCU pretende reunir algumas das principais autoridades do governo para discutir a privatização da Eletrobras, em evento previsto para março. O debate vai acontecer dentro do encontro conhecido como Diálogo Público, que tem como convidados os ministros Henrique Meirelles, da Fazenda; Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia; Dyogo de Oliveira, do Planejamento, e Moreira Franco, da Secretaria Geral da Presidência; além do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do PL de privatização da empresa na Câmara.

Após sessão tumultuada, foi instalada na Câmara dos Deputados a comissão especial que vai discutir o projeto de privatização da Eletrobras. O deputado Hugo Motta (PMDB-PB) foi eleito presidente da comissão com o quórum mínimo de 18 votos válidos e confirmou a indicação de José Carlos Aleluia (DEM-BA) como relator do PL.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, admitiu em conversa com jornalistas que faltou uma atenção maior do governo para evitar qualquer manobra que pudesse impedir a instalação da comissão da Eletrobras.

A instalação da comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar a privatização da Eletrobras foi adiada por uma questão de ordem impetrada pela oposição. Esse tipo de manobra legislativa é utilizada para pedir mais esclarecimentos sobre a condução dos trabalhos.

Embora o próprio relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM), admita dificuldade na tramitação da privatização da Eletrobras no Congresso, a CNI aposta que o tema será resolvido antes das eleições, junto à definição de um novo modelo elétrico para o setor.

O presidente da Câmara dos Deputados, afirmou que a privatização da Eletrobras é um tema importante, mas reconheceu estar preocupado com uma possível não aprovação do PL que libera a venda da estatal. "Se o governo não se mobilizar, vai ter dificuldade de aprovar".

A comissão especial na Câmara dos Deputados que analisará a venda da Eletrobras vai convidar MME; o presidente da empresa e o diretor-geral da ANEEL para que esclareçam a privatização.

O relator do projeto de privatização da Eletrobras, José Carlos Aleluia (DEM-BA), defendeu a troca dos integrantes dos partidos aliados na comissão especial que discute a proposta na Câmara.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira [PMDB-CE], condicionou eventual aprovação da privatização da Eletrobras a uma determinação de que os recursos obtidos com a venda da estatal sejam direcionados às áreas de segurança pública e recursos hídricos.

Com as comissões do PL da Eletrobras e da MP 814 já instaladas, a principal estratégia da oposição para impedir que a proposta de privatização da estatal avance no Congresso continuará a ser a obstrução. A ideia é adiar ao máximo o debate da proposta do governo para que sua aprovação se torne inviável.

O PL que busca permitir a desestatização da Eletrobras recebeu 304 emendas parlamentares até a última segunda-feira,

26/03, data limite para que os membros do Congresso enviassem suas sugestões de mudanças no texto. Com forte resistência ao projeto dentro do Congresso, já era esperado um grande número de emendas. Entre as propostas, estão artigos que obrigariam a União a realocar os funcionários da estatal em outras empresas públicas e que proibiriam qualquer demissão sem justa causa por um prazo de dez anos.

A diretoria da ANEEL não chegou a um consenso sobre a manutenção ou a suspensão de recursos da RGR para as distribuidoras designadas CEA, Eletrobras Rondônia e Eletrobras Roraima. Com isso, o processo acabou sendo suspenso.

O BNDES concluiu o processo de audiências públicas sobre o leilão das distribuidoras da Eletrobras. Com isso, a venda poderá ocorrer no final de abril, em SP, na sede da B3, a bolsa de valores.

Sindicatos de funcionários da Eletrobras entraram com uma ação na Justiça em que cobram um indenização milionária da companhia devido a declarações do presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., que em meados do ano passado acusou parte dos empregados da empresa de serem "vagabundos".

A iniciativa liderada pela Federação Nacional dos Urbanitários [FNU] vem em meio a um forte acirramento das críticas de sindicalistas à gestão da Eletrobras e ao governo federal, em meio a preparativos em andamento para a venda de ativos da elétrica e sua posterior privatização

O presidente da Eletrobras não descarta a possibilidade de judicializar a discussão com a ANEEL envolvendo créditos e obrigações de fundos setoriais.

Um eventual fracasso nos planos do governo de privatizar as seis distribuidoras da Eletrobras que operam no Norte e Nordeste pode exigir intervenção nas empresas por parte da ANEEL.

A ANEEL autorizou o repasse de R\$ 77,4 milhões, a título de empréstimo do fundo RGR, em favor da Eletrobras. Desse total, R\$ 36,9 milhões são para a Eletrobras Distribuição Alagoas e R\$ 40,4 milhões, para a Eletrobras Distribuição Piauí.